

Elói Martins Senhoras

(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: globalização e desenvolvimento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: globalização e desenvolvimento 2 / Organizador
Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-869-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401>

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II.
Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento econômico tem sido permeado pela presença de diferentes escolas, teorias e correntes desde os primordiais princípios filosóficos na Grécia, passando pela conformação da Ciência Econômica na Inglaterra, até chegarmos aos dias atuais, demonstrando que em um mundo globalizado não existe apenas uma via, mas diferentes formas de interpretação sobre o fenômeno econômico.

Tomando como referência que os pensamentos ortodoxos e heterodoxos são vivos nos campos das ideias e da realidade atual, este livro promove uma visão panorâmica sobre temas relevantes no campo epistemológico da Economia, tendo o objetivo de apresentar análises e debates que tomam como fundamentação distintos paradigmas teórico-metodológicos do pensamento econômico para interpretar a empiria dos assuntos e estudos de casos.

O ecletismo teórico-metodológico proposto nesta obra é explicitado, tanto, pela presença de um plural debate entre diferentes correntes teóricas do pensamento econômico, quanto, por diferentes procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim a apreensão de diferentes óticas para captação e interpretação dos fenômenos econômicos.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem quali-quantitativa quanto aos meios utilizados nas pesquisas, este livro foi estruturado por meio de distintas técnicas e métodos de pesquisa a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Fruto de um trabalho coletivo e desenvolvido a várias mãos por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, os 29 capítulos deste livro fazem um imersivo convite à leitura de discussões relevantes nas áreas de Teoria Econômica, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional e Economia Política, combinando didatismo e acessibilidade.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e o pensamento econômico em um contexto de globalização permeado por diferentes paradigmas ideológicos. A obra estimula um debate eclético, plural e não discriminatório que se apresenta por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo e da comunidade epistêmica da área da Economia.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Lázaro Camilo Recompensa Joseph


Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224011>

CAPÍTULO 2..... 35

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964


Neilaine Ramos Rocha de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224012>

CAPÍTULO 3..... 50

ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO


Isabel Cristina Chaves Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224013>

CAPÍTULO 4..... 57

GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES


Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224014>

CAPÍTULO 5..... 66

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE


Zacarias Bernabé Nguema

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224015>

CAPÍTULO 6..... 84

TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)


Shayra Alberto Xavier Constantino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224016>

CAPÍTULO 7..... 94

O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA “DIVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Daniel Fernando Sibinde Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224017>

CAPÍTULO 8..... 105

A SUSTENTABILIDADE DA DIVIDA PUBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Dalmázia de Fátima Vicente


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224018>

CAPÍTULO 9..... 119

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Atumane Jacinto José Nanvarra

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224019>

CAPÍTULO 10..... 129


LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Rafael Granillo Macías

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Raúl Rodríguez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240110>

CAPÍTULO 11..... 141

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240111>

CAPÍTULO 12..... 157


BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240112>

CAPÍTULO 13..... 178

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Ramon Rodrigues Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240113>

CAPÍTULO 14	194
EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO	
Luz Elvia Garcia Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114	
CAPÍTULO 15	204
AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE	
José Edson Rodrigues Júnior	
Edivane de Sousa Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115	
CAPÍTULO 16	220
ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLÓGICOS	
Heliene Macedo de Araújo	
Marta Cristina Marjotta-Maistro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116	
CAPÍTULO 17	242
APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Mariane Rodrigues da Vitória	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117	
CAPÍTULO 18	252
UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)	
Kayle Chaves Rustangy	
Viegas Nhenge	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118	
CAPÍTULO 19	263
DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO	
Imelda Ortiz Medina	
Pedro Plata Pérez	
Jorge Martínez Pérez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119	
CAPÍTULO 20	272
O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS	
Edgar Oliveira Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120	

CAPÍTULO 21.....298

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Ana Carla Silva Alexandre

Idalacy de Carvalho Barreto

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

José Ricardo Bezerra Nogueira


Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Nelson Miguel Galindo Neto

Guilherme Guarino de Moura Sá

Deisyelle Magalhães Barbosa

Débora Montenegro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240121>

CAPÍTULO 22.....312

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO E 2008 A 2012


Harley Davidson Rocha de Lima

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Rodrigo Gomes de Arruda

Tatiane Almeida de Meneses

Maira Galdino da Rocha Pitta


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240122>

CAPÍTULO 23.....329

INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL

Tiago Wickstrom Alves

Emanuelle Nava Smaniotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240123>

CAPÍTULO 24.....353

PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS


Cândido Jorge Peres Moreira

Mário Alexandre Guerreiro Antão

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Domingos Custódio Cristóvão

Catarina Carvalho Terrinca


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240124>

CAPÍTULO 25.....365

O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA

ILHA DE MOÇAMBIQUE


Octávio Francisco Xavier Uaite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240125>

CAPÍTULO 26.....381

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Laura Isabel Tottino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240126>


CAPÍTULO 27.....397

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Paulo Henrique Rocha de Souza

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Paulo de Melo Jorge Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240127>


CAPÍTULO 28.....411

SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Mateus Catalani Pirani

Emily Romera Fagundes

Julia Gothard Ribeiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240128>

CAPÍTULO 29.....423

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Felipe Casteletti Ramiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240129>

SOBRE O ORGANIZADOR.....434

ÍNDICE REMISSIVO.....435

UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)

Data de aceite: 10/01/2022

Kayle Chaves Rustangy

Viegas Nhenge

RESUMO: Os recentes pronunciamentos da liderança política e governamental, em defesa de uma revolução verde em Moçambique visando numa economia fundamentada na produção, por mais entusiastas que possam parecer, ainda não revelam substância e convicção suficientes, para demonstrar que representam uma adesão genuína à revolução verde em África. O estudo é resultado das pesquisas bibliográficas realizadas no âmbito do trabalho referente a cadeira de Mercados de Investimentos financeiros, para fins avaliativos, recorrendo também a consulta de artigos na internet que são devidamente citados no decorrer do artigo e nas referências bibliográficas. O foco é abordar sobre a implementação da economia verde em Moçambique no período compreendido entre 2010-2020. Esta pesquisa busca analisar o perfil adoptado por Moçambique com vista na dinamização de estratégias e recursos em prol da economia verde, e descrever também as suas implicações na execução das mesmas, bem como também mensurar o que se pode alcançar com a implementação desta iniciativa.

PALAVRAS-CHAVE: Economia, economia verde, economia verde em Moçambique.

AN EMPIRICAL AND DOCUMENTARY ANALYSIS OF THE STATE OF IMPLEMENTATION OF THE ECONOMY IN MOZAMBIQUE: ACHIEVEMENTS, CHALLENGES AND PERSPECTIVES (2010-2020)

ABSTRACT: The recent pronouncements by the political and government leadership, in defense of a green revolution in Mozambique aiming at an economy based on production, however enthusiastic they may seem, still do not reveal sufficient substance and conviction to demonstrate that they represent a genuine adherence to the green revolution in Africa. The study is the result of bibliographical research carried out within the scope of the work related to the subject of Financial Investment Markets, for evaluation purposes, also resorting to the consultation of articles on the internet that are duly cited in the article's discussion and in the bibliographic references. The focus is on the implementation of the green economy in Mozambique in the period between 2010-2020. This research seeks to analyze the profile adopted by Mozambique with a view to boosting strategies and resources in favor of the green economy, and also to describe its implications for their execution, as well as to measure what can be achieved with the implementation of this initiative.

KEYWORDS: Economy, green economy, green economy in Mozambique.

1 | INTRODUÇÃO

Os recentes pronunciamentos da

liderança política e governamental, em defesa de uma revolução verde em Moçambique visando numa economia fundamentada na produção, por mais entusiastas que possam parecer, ainda não revelam substância e convicção suficientes, para demonstrar que representam uma adesão genuína à revolução verde em África. O facto do Presidente Armando Guebuza, na altura no poder, assumir a liderança em prol da revolução verde moçambicana, proporcionou de certa forma um ambiente favorável ao seu reconhecimento político interno. Mas isto, por si só, poderá não ser suficiente para impedir que esta iniciativa se converta, como tantas outras, num entusiasmo passageiro; um projecto feito refém da máquina de burocratas, voluntariosos e bem-intencionados.¹

Se bem que o futuro seja imprevisível e falível, não significa que não possa ser antecipado, em muitos casos com satisfatória exactidão. Pensar no futuro não é perda de tempo. Pelo contrário, pensar no futuro é a melhor maneira de antecipar o leque de oportunidades, ameaças e desafios existentes, aumentando as chances de sobrevivência (Francos, 2015).

Desde que a aposta na economia socialista e socialização do campo foi abandonada pelo Governo de Moçambique, há 20 anos atrás, a economia nacional deixou de ser subjugada e moldada pelo um modelo económico de inspiração marxista-leninista. Desde então, a ideia segundo a qual, Moçambique está a desenvolver uma economia de mercado, tornou-se comum, mas esconde mais do que esclarece sobre a natureza e as características da matriz, ou melhor, das matrizes económicas principais e concorrentes na actual economia nacional.

2 | HIPÓTESES

Como forma de encontrar melhores soluções para a melhoria da questão da economia verde, três prováveis suposições estão no rol de desvendar este questionamento:

- Crescimento económico sustentado, baseado no uso racional e eficiente dos recursos naturais;
- Justiça social, através de políticas e desenvolvimento de estratégias, fortalecimento do quadro legal e institucional que assegurem a igualdade de oportunidade, transparência, confiança e promovam a melhoria e acessibilidade dos serviços públicos como a educação, a saúde, infraestruturas; e
- Protecção ambiental, através da preservação da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos.

¹ Isto não significa que a fome tenha sido erradicada em tais países, mas as causas são de ordem institucional e não falta de alimentos ou fraca de capacidade de produção para satisfazer as necessidades nacionais.

3 | METODOLOGIA

Antes de tudo, vale destacar que o termo Metodologia significa como aponta Gil (2010), estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. O autor ainda acrescenta que a metodologia é uma disciplina que instrumentaliza quanto aos procedimentos a serem tomados na pesquisa, possibilitando acesso aos caminhos do processo científico, além disso, ela visa, também, promover questionamentos acerca dos limites da ciência sob os aspectos da capacidade de conhecer e de interferir na realidade.

Há duas possibilidades de análise, a quantitativa e a qualitativa, em que cada uma dessas análises possui as suas categorias, sendo a primeira de carácter mais estático e segunda de carácter mais interpretativo. Nesta vertente, o estudo realizado é de natureza qualitativa em que foi aplicado a consulta e diversos manuais científicos com o propósito de colher melhores esclarecimentos sobre a temática apresentada. Para realização deste artigo também foi feita a consulta e análise de algumas bibliografias, que tem uma forte relação com o tema economia verde, pesquisas na internet, revistas, artigos e monografias, a fim de enriquecer o trabalho.

4 | O PORQUÊ DE UMA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE

A Declaração final da Cimeira dos Chefes de Estado no Rio+20 em 2012, conhecida como “O Futuro que Queremos” (parágrafos 56-57) apresenta a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e refere que existem diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões. A Declaração considera a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, como uma das importantes ferramentas disponíveis para o alcance do desenvolvimento sustentável, oferecendo opções para decisão política, sem ser um conjunto rígido de regras.

Mais ainda, a Declaração ressalta que a economia verde deveria focalizar-se em contribuir para a erradicação da pobreza e para o crescimento económico sustentável, o reforço da inclusão social melhorando o bem-estar humano e a criação de oportunidades de emprego e trabalho digno para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra. As políticas de economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, eram guiadas pelos princípios do Rio, a Agenda 21 e o Plano de Implementação de Johannesburgo, que tinha como fundamento contribuir para a consecução das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, incluindo os ODM.

Para o caso de Moçambique, país em vias de desenvolvimento que vinha desencadeando esforços no sentido de manter uma taxa de crescimento económico de

cerca de 8% ao ano, este desenvolvimento era associado à desbravação de florestas virgens, degradação de solos agrícolas, entre outros aspectos não desejados. As descobertas de depósitos de carvão mineral trouxeram outra oportunidade de aumentar a taxa de crescimento económico, porém, a actividade de extracção e utilização de carvão mineral é muitas vezes descrita como uma fonte de poluição e de emissão de gases de efeitos de estufa.²

Castel-Branco (2016, p.79) sustenta que “este conjunto de aspectos, aliado ao facto de os níveis de desenvolvimento social e a qualidade de infraestruturas ainda estarem longe do desejável, apresenta a Economia Verde como uma alternativa viável de mecanismo de planificação que transfira a riqueza do capital natural, sem causar riscos, investindo-o no capital físico (infraestruturas) e no capital humano”.

Esta é a meta do desenvolvimento sustentável onde se promove o equilíbrio entre os aspectos económicos, sociais e ambientais. Neste contexto, Moçambique deve procurar na Economia Verde a consecução dos objectivos da redução da pobreza definidos no PARP e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

4.1 Os principais desafios, para a transição para uma Economia Verde em Moçambique

Mudanças climáticas: Lidar com as mudanças climáticas, que colocam ameaças graves ao crescimento económico e social e à preservação ambiental e ecológica, segurança e desenvolvimento sustentável de Moçambique, é um desafio presente. As mudanças climáticas são uma realidade nos dias de hoje e, com o tempo, tem vindo a registar-se um aumento da frequência de ocorrência e da intensidade de eventos extremos climáticos (cheias, inundações, secas, tempestades de vento, incluindo ciclones tropicais), bem como uma mudança nos padrões de precipitação e temperatura e a subida do nível das águas do mar. Perante este cenário o país definiu como objectivo na Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (ENAMMC) a criação da resiliência, incluindo a redução dos riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e a promoção do desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde, através da sua integração no processo de planificação sectorial e local.³

Crescimento populacional e estrutura etária: Em Moçambique, o nível de fecundidade é o triplo do que seria necessário para garantir a reposição das gerações (cerca de 2 filhos por mulher). Este facto produz uma estrutura etária da população muito jovem que, por sua vez, cria uma pressão sobre os recursos, aumenta a demanda e a despesa social, ao mesmo tempo que reduz a renda per capita, dado que a proporção da

2 Ao mesmo tempo, as descobertas de gás natural constituem oportunidades de utilização de energia limpa e com baixa poluição.

3 A prossecução deste objectivo resultará na protecção do capital humano, natural e económico dos impactos das mudanças climáticas, bem como no aproveitamento das oportunidades existentes com destaque para as do mercado de carbono, incluindo o desenvolvimento de baixo carbono, para atrair e aceder a recursos financeiros e tecnológicos e a capacitação técnico-institucional.

população dependente é elevada, significando uma maior carga de dependência.

De acordo com os dados do último censo, o índice de dependência demográfica, relação entre população em idade não activa (menores de 15 anos e idosos de 65 anos ou mais) e em idade activa (15-64), é de 99,8 por cento, ou seja, 10 dependentes por cada 10 pessoas em idade activa. Segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das Nações Unidas, este índice manter-se-á igual ou superior a 90% pelo menos até 2050 (Arnaldo e Muanamoha 2011).⁴

4.2 Oportunidades

Na concepção do autor Negrão (2018), os aspectos alistados a seguir constituem oportunidades e pontos de entrada para a Economia Verde em Moçambique:

(i) Aproveitar a oportunidade de novas indústrias, serviços e empregos, utilizando sustentavelmente a infra-estrutura ecológica do país da qual depende a maior parte das pessoas para obter sustento. O capital natural de Moçambique compreende solos férteis, recursos hídricos abundantes, florestas densas, stocks marinhos e pesqueiros, fauna bravia, paisagens extraordinárias, e um potencial substancial de produção de energia solar, eólica, bioenergética e hídrica.

No seu todo, o país é dotado de um capital diverso, capaz de gerar múltiplos fluxos de receita em vários sectores. Além disso, se forem bem geridos, os recursos naturais renováveis perdurarão para além dos não renováveis e poderão garantir a satisfação das necessidades das gerações futuras. Uma base de activos diversificados é um ponto de partida excelente para uma economia resiliente e competitiva.

(ii) Sustentar uma população jovem, em rápido crescimento e urbanização, com uma maior incidência na prestação de serviços básicos, na eficiência de recursos e na oportunidade económica. Em 2030 haverá mais 15 milhões de moçambicanos do que o país tinha em 2012, elevando a população para 38 milhões, 60% dos quais viverão em cidades. Estas pessoas precisarão de empregos, de um sistema moderno de energia, água potável, gestão de efluentes e resíduos, transporte confortável e serviços de saúde e educação.

A Economia Verde sugere a provisão de energia renovável e descentralizada aos agregados familiares e pequenas empresas, transportes urbanos em massa para melhorar a conectividade das empresas e reduzir a poluição urbana do ar, iniciativas de reciclagem para minorar a produção de lixos e reduzir a pressão sobre o capital natural e providenciar serviços de saúde, saneamento e educação de qualidade suficientes, para melhorar a saúde humana e ambiental e, conseqüentemente, aumentar a produtividade laboral e reforçar a competitividade.⁵

⁴ Associado a este fenómeno, encontra-se o elevado crescimento da população urbana (3% contra 2% nacional), contribuindo dessa maneira para o aumento da pobreza urbana e para a degradação do meio urbano e circundante.

⁵ Em conformidade com Negrão (2018), todos estes elementos irão, em última análise, resultar na criação de postos de trabalho e numa economia mais sustentável. Além do mais, cidades bem planeadas e com qualidade de vida reduzem os custos de fazer negócio, reforçam a coesão social e atraem investimentos, multiplicando as oportunidades económicas e estimulando ainda mais o crescimento.

(iii) Capitalizar com inclusividade o potencial económico e social da florescente indústria extractiva, tornando-a uma benção e não uma maldição. As receitas fiscais e os royalties provenientes da indústria extractiva podem ser investidos na transição para a economia verde através da expansão do capital físico (infra-estrutura sustentável) e do desenvolvimento do capital humano (força de trabalho mais produtiva, com melhor educação e saúde) criando deste modo resiliência económica e social nos moçambicanos.

A abordagem da economia verde na indústria extractiva ajuda a mitigar os perigos que este tipo de indústria traz requerendo que o desenvolvimento destas indústrias no país esteja dependente da provisão de infraestruturas e serviços que causem o menor dano possível ao meio ambiente, da criação do maior número possível de postos de trabalho e da melhoria do nível de vida do maior número possível de pessoas.

4.3 Integração do sector de energia com outros sectores de Economia Verde

No que confere a este aspecto, considerava-se como indica Valá (2014, p.95), que “os instrumentos de política de economia verde ao contrário do rumo que tomou, que não é de certa forma o caminho ideal para o avanço da economia verde, deveriam ser implementados numa abordagem integrada com todos os sectores e em particular em estreita coordenação com florestas, agricultura, transportes, urbanização, recursos hídricos para a indústria extractiva, bem como para a irrigação, abastecimento de água e saneamento”. O Ministério da Energia deveria desempenhar um papel primordial na execução das políticas energéticas para a Economia Verde.

O sector privado, com os incentivos certos, buscou embora de certa forma sem nenhum tipo de fundamento sustentável, apoiar o desenvolvimento de plantações florestais sustentáveis para fornecimento de combustível de biomassa, distribuição de fogões de biomassa e produtos de aquecimento solar da água aos mercados urbanos, instalação de unidades de geração de energia renovável e provisão de acesso a serviços energéticos sustentáveis.

4.4 Integração do sector de transportes com outros sectores de Economia Verde

Como se pode observar, a posição geográfica de Moçambique ao longo do Oceano Índico e a existência de portos naturais confere ao país uma grande vantagem comparativa no que diz respeito ao acesso aos mercados, ao mesmo tempo que lhe confere grande responsabilidade na criação de condições de acessibilidade ao mar dos Países do interior. Sem esse acesso facilitado, Valá (2014) menciona que a integração regional seria dificultada e a região da SADC não poderia explorar o seu potencial na totalidade no contexto de uma economia mundial globalizada. Assim o sector de transportes deve por um lado catalizar o desenvolvimento económico e social do País, e por outro lado jogar o papel de líder na

busca dos objectivos económicos ambicionados pela integração económica regional.

Num olhar extenso, o que se observa é o facto de que o sector de transportes, particularmente o ramo rodoviário tem conhecido um crescimento assinalável, embora as vias de acesso se constitua um impecílio para acesso as zonas suburbanas. É pertinente que este crescimento responda às necessidades do desenvolvimento, particularmente no fortalecimento da ligação entre os produtores agrários das zonas rurais e os centros urbanos onde se encontram os mercados. Dada a vulnerabilidade das infraestruturas de transporte a eventos climáticos extremos, tem sido recomendado que estas sejam resilientes aos choques climáticos, principalmente nas zonas propensas à ocorrência de eventos climáticos tais como cheias, ciclones, e subida do nível das águas do mar.

Considerando o potencial de reservas de gás natural, tornar verde este sector passa segundo Valá (2014) por: (i) promover o uso de gás natural nos transportes rodoviários; (ii) promover infraestruturas de transporte que fomentam o acesso adequado aos locais de trabalho e a interação social e facilitam importantes actividades económicas, sobretudo a acessibilidade para o escoamento da produção para os mercados; e (iii) promover modos verdes de transporte relacionados com a exportação e mercadorias em trânsito.

No entanto, atendendo a estas perspectivas, considera-se que os instrumentos de política de economia verde para transportes devem ser implementados de um modo integrado com todos os sectores, mas em particular em estreita colaboração com as obras públicas, agricultura, energia, urbanização e indústria extractiva, com medidas de resiliência e de capacidade adaptativa no contexto das mudanças climáticas.⁶

4.5 Uso eficiente e sustentável dos recursos naturais

De acordo com o MICOA (2012), constata-se que a terra é propriedade do Estado e o seu aproveitamento é garantido pelos DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), emitidos por períodos até 50 anos. Apesar da sua abundância relativa, as pressões sobre os recursos terra estão a crescer, o que é determinado pela grande escala do investimento directo estrangeiro na agricultura, florestas, indústrias extractivas e turismo, bem como pela expansão urbana, construção de infra-estruturas, aumento dos níveis de consumo e mudanças climáticas. Na observação do MICOA (2012, p.87) “Isto é causa de preocupação particular para o acesso das comunidades rurais a este recurso, uma vez que 80% da população depende directamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência”.

Olhando para estas considerações, importa salientar que a concretização de um equilíbrio justo entre os interesses das comunidades locais e os do desenvolvimento comercial da terra em grande escala articula-se num forte regime fundiário comunitário, bem como no conhecimento dos seus direitos por parte das comunidades e na capacidade

⁶ O Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) deve desempenhar um papel de liderança na execução das políticas de transporte de Economia Verde e, com os incentivos certos, o sector privado deverá apoiar o desenvolvimento do acesso a serviços comportáveis alimentados a gás e a electricidade, bem como estradas com portagem ligando os principais mercados e as zonas de produção agrícola.

de negociação. Além disso, para evitar cair numa produtividade decrescente e minimizar os compromissos entre as diferentes opções de uso da terra, deve ser adoptada uma abordagem paisagística à planificação integrada da gestão da terra nos diferentes sectores, incluindo agricultura, florestas, água, indústrias extractivas, turismo e desenvolvimento de infra-estruturas.

Em conformidade com o (iTC 2016), a terra é um dos activos mais valiosos sobre os quais as comunidades rurais têm direitos em Moçambique e é a base do desenvolvimento rural sustentável. Reconhecendo esse facto, a Iniciativa para as Terras Comunitárias (iTC), apoiada pelo governo e implementada por parceiros da Sociedade Civil e Academia para ajudar as comunidades a assegurarem os seus direitos à terra para desenvolverem actividades económica, de modo a garantir benefícios sustentáveis e de longo prazo. O programa iTC funciona nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Manica, Sofala, Nampula, Tete, Zambézia e Gaza. Desde o seu início em 2006, já havia conseguido a emissão de 20 DUAT comunitários e 65 processos de delimitação e demarcação iniciados em 2010 (iTC 2016).

De acordo com as lições aprendidas com as actividades do iTC, são necessárias parcerias entre comunidades e sector privado, planos claros de gestão da terra, e planos de actividade realistas para que as comunidades possam alavancar com êxito os seus DUAT no sentido de gerarem rendimentos comunitários locais.

A gestão integrada da terra, florestas e pescas, bem como dos recursos hídricos, é essencial para o uso sustentável de cada um destes recursos. A questão do regime fundiário é muito visível quando se consideram as questões associadas à terra, mas merece uma atenção semelhante no contexto das florestas e das pescas. Nos casos em que o regime fundiário é clarificado e devolvido às comunidades locais e seus membros individuais, as condições de gestão integrada e produtividade duradoura dos recursos saem reforçadas.

Assim sendo, os instrumentos de política de economia verde para a terra deverão ser implementados numa abordagem integrada com todos os sectores, mas em particular com a água, agricultura, florestas, pescas e indústrias extractivas, bem como com medidas de resiliência e de capacidade adaptativa no contexto das mudanças climáticas. O Ministério da Agricultura (MINAG), em coordenação com outros ministérios e segmentos da sociedade civil, deve desempenhar um papel de liderança na execução das políticas de Economia Verde relacionadas com a terra.

4.6 Integração da componente de agricultura com outros sectores de Economia Verde

Segundo o MICOA (2012), Moçambique possui um enorme potencial agrícola ainda não aproveitado, porém, o sector é grandemente dominado pela agricultura de baixo rendimento e de sequeiro dos pequenos produtores. Cerca de 46% da terra de Moçambique é arável, mas apenas 10% são presentemente cultivados e 3% têm irrigação. Os pequenos

agricultores dominam o sector, que é um dos maiores contribuintes para a economia, empregando 80% da força de trabalho e contribuindo com cerca de 23% para o PIB em 2011 (INE 2012). Milho, mapira, mandioca, amendoim e feijão dominam a produção, e as principais culturas de rendimento incluem cana-de-açúcar, castanha de caju, algodão, tabaco, chá e coco (INE 2012).

Na concepção do (BAD 2011), a agricultura é crucial para a segurança alimentar, mas o sector está ameaçado pelas mudanças climáticas. A produtividade é ainda muito baixa devido ao acesso limitado aos mercados, à fraca infra-estrutura pós-colheita e à disponibilidade insuficiente de crédito e seguros. A vulnerabilidade às mudanças climáticas é particularmente grave entre os pequenos produtores.

Para impulsionar a produtividade e garantir um uso sustentável dos recursos naturais, o Governo aprovou a Estratégia Nacional de Irrigação 2011-2019 e a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Agrícola 2010-2019 (PEDSA), ancorado na Estratégia para a Revolução Verde 2008-2012 e no Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (FARA). O PEDSA identificou a agricultura de conservação e a captação da água das chuvas como mecanismos importantes para garantir o uso sustentável dos recursos e a resiliência às mudanças climáticas (MINAG 2010). Mais ainda, a Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional 2008-2015, reconhecendo a segurança alimentar e nutricional como um assunto transversal, indica os produtores de culturas alimentares como actores importantes na implementação da estratégia.

Complementando estas importantes políticas, foi adoptado recentemente o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário 2013-2017 (PNISA) que visa transformar a agricultura familiar predominante no país em comercial. O Plano possui cinco componentes, nomeadamente, ampliação da produção e produtividade, o acesso ao mercado, segurança alimentar e nutricional, reformas e estabelecimento institucional e recursos naturais. Para que esta transformação se efective, para além da orientação dos investimentos para o sector comercial, será necessário adoptar uma abordagem integrada da agricultura, juntamente com os recursos hídricos e serviços florestais para a produtividade das bacias hidrográficas, protecção e fertilidade dos solos, bem como da polinização.

Existem modelos testados em Moçambique que incluem ligações entre empresas de microfinanças e pequenos produtores comerciais através de fundos catalíticos. Mais ainda, foi lançado um produto inovador em Moçambique que consiste em um micro-seguro indexado ao clima, numa parceria entre uma instituição financeira e uma instituição local de formação em agricultura, o Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM) para agricultores da região de Chimoio, província de Manica, onde, em caso de seca severa a meio da estação, os agricultores poderão receber um pagamento para os ajudar a evitar incorrerem em dívidas.

Promover a Economia Verde na agricultura passa por: (i) manter e aumentar a produtividade e o rendimento agrícola, garantindo o fornecimento de alimentos e serviços

ecossistêmicos de forma sustentável; (ii) restaurar recursos ecológicos (água, solo, ar e biodiversidade); (iii) reduzir a produção de resíduos e a ineficiência em todo o ciclo da produção agrícola; e, (iv) uso racional e eficiente dos recursos naturais.

Os instrumentos de política de economia verde para a agricultura deveriam ser implementados numa abordagem integrada com todos os sectores, mas em particular em estreita coordenação com a água, irrigação, florestas, transportes e energia, bem como com medidas de resiliência e de capacidade adaptativa no contexto das mudanças climáticas.

Nesta ordem de ideais, o Ministério da Agricultura (MINAG) deve desempenhar um papel de liderança na execução das políticas agrícolas de economia verde e, com os incentivos certos, o sector privado deverá apoiar o desenvolvimento de sistemas de pagamento por serviços do ecossistema de bacias hidrográficas florestadas, Parcerias Público-privado em estradas com portagem ligando os principais mercados com zonas importantes de produção agrícola, mecanismos de distribuição de sementes de variedades tolerantes à seca, modelos de fundos catalíticos de desenvolvimento de empresas direccionados aos pequenos produtores e programas de micro-seguros com indexação climática.

4.7 Integração da componente de educação com outros sectores de Economia Verde

Em Moçambique, devido ao elevado nível de fecundidade e à diminuição contínua da mortalidade, a população em idade escolar cresce a um ritmo difícil de acompanhar com investimentos capazes de satisfazer totalmente a demanda. O sector da educação absorve actualmente 25% do orçamento do Estado, mas ainda tem muito a fazer para melhorar a taxa de literacia de adultos de 50,4% (INE 2012a) – uma população educada é mais resiliente. Têm sido realizados progressos assinaláveis na expansão do acesso à educação, mas a qualidade do ensino e a correspondência entre os (novos) mercados laborais e os conteúdos do sistema educativo precisa ser melhorada.

Para adoptar uma economia verde, assegurando um bom nível de qualidade de vida dos cidadãos será necessário elevar a consciência ambiental da sociedade, com vista a desenvolver uma cultura de uso sustentável dos recursos e respeito às leis da natureza com relação à valorização dos bens e serviços do ambiente.⁷

Os instrumentos de política de economia verde para a educação segundo o INE (2012), são intrínsecos em todos os sectores, uma vez que a educação de qualidade e orientada para sustentar uma Economia Verde constitui a base de sucesso. Quadros formados a todos os níveis, desde os órgãos de tomada de decisão, quadros superiores, operários qualificados, entre outros, devem ser formados no contexto da economia verde. O Ministério de Educação deverá assim adequar o seu quadro curricular com vista a criar uma base de cultura de desenvolvimento sustentável a todos os níveis, em harmonia com

⁷ Adicionalmente, a educação para a economia verde irá aumentar a capacidade de implementação dos programas de desenvolvimento respeitando os limites dos sistemas naturais e proporcionando oportunidades de emprego condigno.

os empregadores nos diferentes sectores.

5 | CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

De forma resumida, a minha apreciação sobre o papel actual da economia verde em Moçambique, é reservada senão mesmo céptica. Nas condições actuais, a economia verde é ainda ficção ou uma aspiração com fracas perspectivas de implementação prática. Pelo que parece, fala-se de economia verde por força das circunstâncias, moda ou conveniência de parecer que existe boa vontade de mudança. Na prática, a política consumista e de maximização dos benefícios da ajuda externa, parece sobrepor-se a qualquer estratégia realmente produtiva. São ainda muito fracas as indicações, tanto do Governo como dos seus parceiros internacionais, que a economia esteja a ser encaminhada para um ciclo mais produtivo e virtuoso, em vez do actual ciclo consumista e economicamente improdutivo. Num quadro destes não acredito que a economia verde possa ter algum papel positivo a desempenhar.

Na prática, para que uma revolução verde possa contribuir para a concretização do objectivo imediato de auto-suficiência alimentar de Moçambique, é preciso que a sociedade moçambicana se capacite a diversos níveis.

REFERÊNCIAS

Castel-Branco, C. N. (2016). *Reflexões sobre a dinamização da economia rural*. Maputo, Moçambique: Atlas.

Franco, F. L. (2015). *Perspectiva Estratégica: Uma metodologia para a construção do futuro*. Rio de Janeiro, Brasil: Tese de Ph.D.

INE (Instituto Nacional de Estatística). (2004). *Projeções da População Considerando o Impacto do HIV/SIDA*. Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística.

iTC (2016). *Relatório Anual - Ano 5 (Abril 2011 - Março 2016)*. Maputo, Moçambique: iTC.

MICOA (2012). *National Report on Environment and Development submitted to Rio+20*. Maputo, Moçambique: Revista Aberta.

Negrão, J. (2018). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo, Moçambique: Colecção Identidades.

Valá, S. C. (2014). *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000)*. Maputo, Moçambique: PROMÉDIA.

CAPÍTULO 19

DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 06/10/2021

Imelda Ortiz Medina

Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
ORCID: 000-0003-3910-653

Pedro Plata Pérez

Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
ORCID: 0000-0002-5224-3181

Jorge Martínez Pérez

Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
ORCID: 0000-0002-9629-4095

RESUMEN: La actual contingencia COVID-19 supone una serie de estragos a las economías de todo el mundo, cierre de miles de negocios, infinidad de empresas paralizadas, aumento de desempleo, caída de la producción, etc. Evidentemente, esto provoca también, una disminución de los ingresos del gobierno y por ende un menor gasto social: menos escuelas, hospitales, viviendas, seguridad social etc. Por lo tanto, un retroceso en el bienestar social, lo que se verá reflejado en un estancamiento o disminución del Índice de Desarrollo Humano (IDH). El objetivo fundamental de este artículo es pronosticar -a través de la ecuación matemática obtenida de la regresión lineal simple entre el IDH y Producto Interno Bruto (PIB) real- el posible impacto de la caída del PIB provocada

por la pandemia (COVID-19) en el IDH de dos grupos de países: los de más alto y los de menor desarrollado humano. La hipótesis central de esta investigación es que; aquellos países con un índice de desarrollo humano mayor se verán menos afectados, mientras que, aquellos que tienen un índice menor, tendrán en el mediano plazo, un retroceso en su índice de desarrollo. Es decir, la pandemia afectará en menor medida a los países con alto desarrollo humano.

PALABRAS CLAVE: Índice de Desarrollo Humano, Producto Interno Bruto Real, COVID-2019, regresión lineal simple.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUEDA DO PIB CAUSADOS PELA COVID-19: PAÍSES COM ALTO E BAIXO DESENVOLVIMENTO

RESUMO: A atual contingência do COVID-19 envolve uma série de estragos nas economias do mundo, o fechamento de milhares de empresas, inúmeras empresas paralisadas, aumento do desemprego, queda na produção, etc. Obviamente, isso também causa uma diminuição na receita do governo e, portanto, menor gasto social: menos escolas, hospitais, habitação, seguridade social, etc. Portanto, um declínio do bem-estar social, que se refletirá em uma estagnação ou diminuição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O objetivo fundamental deste artigo é prever - por meio da equação matemática obtida da regressão linear simples entre o IDH e o Produto Interno Bruto (PIB) real - o possível impacto da queda do PIB causada pela pandemia (COVID-19) em o IDH de dois grupos de países: o humano mais elevado e

o menos desenvolvido. A hipótese central desta pesquisa é que; Os países com maior índice de desenvolvimento humano serão menos afetados, enquanto aqueles com menor índice terão queda no índice de desenvolvimento no médio prazo. Em outras palavras, a pandemia afetará em menor grau os países com alto desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Índice de Desenvolvimento Humano, Produto Interno Real Bruno, COVID-2019, regressão linear simples.

INTRODUCCIÓN

Este artículo muestra el impacto que traerá consigo el COVID-19 sobre el nivel de bienestar de la población en los países con más alto desarrollado y los de más bajo desarrollo. El desarrollo humano es una variable multidimensional que considera, en principios, tres índices; salud, escolaridad e ingreso per cápita. Si bien, tiene una connotación más social que económica, este último aspecto es crucial al momento de financiar la construcción de escuelas, hospitales, viviendas, carreteras, servicios públicos, infraestructura urbana y carretera, etc., Para lograr esto se requiere una política de gasto enfocada a una política social, la cual, a su vez, está en función de una política de ingreso y esta última, depende, en gran medida del comportamiento de PIB; técnicamente, esta en función de una mayor producción. “El desarrollo humano es una cuestión multidimensional, no sólo implica cuestiones monetarias y materiales, por ello el crecimiento del PIB debe ir acompañado de una serie de políticas públicas transversales, poner mayor énfasis en la redistribución de la riqueza nacional a través de diferentes políticas impositivas y sociales” (Ortiz, et al, p: 112).

Así pues, el desarrollo humano es un concepto abstracto que implica por si mismo; más y mejores condiciones de vida para los ciudadanos, pero también considera aspectos como; libertad para ser y hacer, el reconocimiento e identidad de los pueblos, el enfoque de capacidades y habilidades, entre otros. No obstante, uno de los principales objetivos que tienen el crecimiento económico debe ser procurar este desarrollo, por tanto y bajo esta premisa, el aumento del gasto de gobierno, de la inversión y de la producción es un medio para alcanzar dicho fin que es el bienestar de la población, por lo que, las medidas de austeridad, que comúnmente implementan los gobiernos suelen ser ineficaces, y traen consigo “recesiones, inestabilidad política, y unas decepcionantes mejoras en la situación fiscal, a medida que disminuyen los ingresos fiscales” (Stiglitz, 2012, p:17).

Ésta es, fundamentalmente, una investigación exploratoria descriptiva correlacional que parte del principio de que IDH y PIB mantienen cierto nivel de relación (Ortiz, et al, 2020), que si bien es en una magnitud pequeña -más aun considerando que los conceptos y definiciones sobre desarrollo humano son complejas y sobre todo que el entendimiento de éste implica, por si mismo, aspectos no cuantificables ni medibles bajo un enfoque de relación costo-beneficio- no debe ser subestimada, considerando que la mayor parte de los ingresos de todos los gobiernos parten de una base tributaria, la cual esta en función de la capacidad productiva de cada país.

APROXIMACIÓN TEÓRICA

Se entiende por desarrollo, en términos generales, el crecimiento logrado por los factores económicos. El desarrollo, en las teorías clásicas que lo abordan, es evaluado en términos del crecimiento del producto nacional (o en otros casos el Producto Interno Bruto), de la industrialización, del ingreso, del avance tecnológico o de la modernización social. En términos filosóficos, la antropología que subyace es individualista y utilitarista. Interesa el individuo concreto, que produce, que genera rentabilidad. Se trata de una lógica instrumental y una antropología liberal donde "... los seres humanos son considerados como factores productivos (como un elemento más del mecanismo de la producción), y por consiguiente con un valor meramente instrumental (Cejudo, 2006, p. 369 en León, 2020, p:1).

Anteriormente al hablar de "crecimiento económico" se hacía referencia a la necesidad de transformar a las economías nacionales, de suerte que en éstas pudiesen aumentar de manera sostenida, o más precisamente, "autosostenida": i) la actividad económica; ii) la productividad; y iii) la riqueza (Rostow, 1970, en Cuellar y Moreno, 2008). "El supuesto era que al revitalizarse y/o ampliarse la actividad económica aumentarían también la inversión y las fuentes de empleo; y que, si esto se hiciera introduciendo tecnologías capaces de mejorar la productividad, asimismo se incrementaría, y eventualmente más, la riqueza (el monto total de los bienes producidos), con consecuencias positivas sobre el nivel de los salarios y, por lo tanto, sobre el bienestar general de la población. En la medida en que se lograra que estos procesos se articulasen en la forma de un círculo virtuoso de retroalimentación positiva constante, los países alcanzarían el pleno desarrollo económico autosostenido" (Cuellar y Moreno, 2008, p:89). Desafortunadamente, la historia económica y los datos duros, nos muestra que no siempre es así, existen países con altas tasas de crecimiento económico y productividad y con niveles de bienestar no óptimos, más aún cuando consideramos las variables desigualdad y marginación. Países como Noruega considerada la nación con el más alto Índice de Desarrollo Humano, cuenta con bajos niveles de desigualdad y Estados Unidos, también entre los de alto desarrollo humano, tiene niveles de desigualdad social muy elevados, lo que nos lleva a afirmar que, no es suficiente con producir más, es necesario también distribuir mejor.

Para Stiglitz (2012), la desigualdad que se vive en la mayor parte del mundo es perniciosa y socava el crecimiento económico, afirmando que el mercado genera distorsiones e incentivos que no siempre producen riqueza sino también mecanismos para para arrebatarse ésta a los demás. Para él, la desigualdad se puede revertir si los gobiernos realmente quisieran hacerlo, afirmando que, es posible cambiar las tendencias de la desigualdad, otros países lo han conseguido. El autor afirma que Brasil tenía uno de los niveles más altos de desigualdad del mundo, pero durante la década de los noventa se dio cuenta de los peligros que ésta implicaba, en términos tanto de su potencial de división social y política como de crecimiento económico a largo plazo, el resultado fue un consenso

político a lo largo de toda la sociedad de que había que hacer algo. Bajo el mandato del presidente Henrique Cardoso hubo un aumento masivo del gasto en educación, incluida la destinada a los más pobres. Con el presidente Luiz Inácio Lula da Silva hubo gastos sociales para reducir el hambre y la pobreza, se redujo la desigualdad, aumentó el crecimiento (p:56). Por lo tanto, Stiglitz señala que el mercado contribuye a determinar la desigualdad y la única fuerza posible de revertir esto son las políticas gubernamentales, trasladando los recursos de los que más tienen a quienes menos tienen; gravando por ejemplo las herencias o gastos suntuarios y dando educación gratuita. Para Jiménez (2015) una parte muy importante de la acción redistributiva del Estado tiene lugar a través de mecanismos que pueden considerarse indirectos, como el gasto público en educación y salud, que no afectan el ingreso disponible actual de los hogares, pero tienen un impacto muy relevante, diferido en el tiempo, en la medida en que promueven las capacidades humanas y facilitan la inserción futura en el mercado de trabajo... a través de impuestos y transferencias— es de suma importancia para alterar los niveles de desigualdad en el acceso a recursos de los hogares (p:26).

Por su parte Bancaja e Ivie (2010) afirman que, aunque el Índice de Desarrollo Humano considera al *PIB per cápita*, como una buena alternativa de medida del desarrollo socioeconómico, ésta es insuficiente al momento de comparar países o regiones con niveles de desarrollo alto, ya que las diferencias son mínimas, lo cual no sucede entre los países de menor desarrollo. Para los primeros, las necesidades básicas: alimentación, vivienda, etc., están cubiertas, mientras que para el segundo grupo de países, que son los más atrasados, falta mucho por hacer, y es ahí donde la mano enfática del gobierno es primordial, éste debe construir viviendas, escuelas, hospitales y toda la infraestructura básica para llevar una vida digna. Sin perder de vista que, el incremento del ingreso promedio de una sociedad no supone por sí sólo un aumento del bienestar económico de los individuos que la componen y que la manera en que dichos ingresos se distribuyen es la pieza clave para que su incremento altere la situación de partida en beneficio de los más necesitados, lo que se considera como crecimiento “pro-poor”: a favor de los pobres (Burgos y Belén, 2015, p: 32).

No obstante, sin crecimiento, no hay recurso para financiar la educación, salud, vivienda, seguridad social, etc. “Han comenzado a surgir interesantes aportaciones que describen la relación causal crecimiento-equidad, pero en sentido opuesto, enfocando la discusión en los efectos de la distribución del ingreso o la riqueza y la pobreza sobre el incremento del PIB, tratando de dilucidar si la inequidad produce un impacto negativo sobre el crecimiento de los países, presunción que se ha visto respaldada por las nuevas teorías del crecimiento endógeno, que desde los años 80s reabren el debate del crecimiento y el desarrollo y cuestionan las teorías neoclásicas (Burgos y Belén, 2015, p: 23). En esa misma tesitura Freddy y Fernández (2018), afirman que el enfoque del desarrollo humano cuestiona que exista una relación directa entre el aumento del ingreso y la ampliación de

las operaciones que se ofrecen a las personas, enfatizan que no basta con analizar la cantidad, sino que más importante es tener en cuenta la calidad de ese crecimiento: no es que muestren desinterés por el crecimiento económico, sino que priorizan la necesidad de que ese crecimiento debe evaluarse en función de que consiga o no que las personas humanas puedan realizarse cada vez mejor (p:1).

Por su parte, Ranis y Stewart (2002) manifiestan que el desarrollo humano es el objetivo central de la actividad humana y el crecimiento económico el medio fundamental para alcanzarlo, siempre y cuando sea distribuido. León (2020), señala que en el campo de las ciencias económicas hay una correlación entre desarrollo y riqueza, de hecho, suele pensarse en riqueza (ingreso) es igual a desarrollo y su opuesto la pobreza (desempleo) es subdesarrollo. Reconoce que, además, en otros campos, el desarrollo este asociado con capacidades, habilidades y libertades, en autores como; Sen, Nussbaum, etc. Sin embargo, según el autor, el desarrollo humano, desde la perspectiva de la teoría económica, está asociado con progreso, con crecimiento económico y con riqueza, los cuales se miden con el Producto Interno Bruto real. La importancia del PIB en una economía se ve reflejada en las estimaciones periódicas de su comportamiento, así como su respaldo empírico para el estudio de las relaciones de variables macroeconómicas. Se mide como la suma del valor monetario de todos los bienes y servicios finales producidos en el interior de un país para un periodo de tiempo determinado (Mankiw, 2014).

En general, cuando se busca comparar los países a nivel internacional, se hace a través del PIB per cápita en una moneda común, ya que, no sólo tiene en cuenta la actividad económica, sino también el número de habitantes. Cabe destacar que se deben tener en cuenta aspectos como el costo de vida o la distribución del ingreso, el PIB se puede expresar en términos nominales y reales. El nominal hace referencia a los bienes y servicios valorados a precios corrientes y el real se ajusta por la inflación (deflacta) y expresa el valor de los bienes y servicios a precios de un año determinado; año base (Larraín y Sachs, 2013). Este último nos muestra si efectivamente hubo un crecimiento de la producción o sólo se incrementaron los precios.

Según datos del Programa de las Naciones Unidas (**Índice** indicadores de desarrollo, 2018) los 20 países con el más alto desarrollo humanos son: Noruega, Suiza, Irlanda, Alemania, Hong Kong, Australia, Islandia, Suecia, Singapur, Países Bajos, Dinamarca, Finlandia, Canadá, Nueva Zelanda, Reino Unido, Estados Unidos, Bélgica, Liechtenstein, Japón y Australia. Y los 20 con el más bajo son: Níger, República Centroafricana, Chad, Sudán del Sur, Burundi, Mali, Eritrea, Bukina Faso, Sierra Leona, Mozambique, República Democrática del Congo, Bisáu Guinea., Yemen, Liberia, Guinea, Gambia, Etiopia, Malawi y Afganistán. El índice de desarrollo humano promedio del primer grupo de países para el 2018 fue .932 y para el segundo .442.

A pesar de reconocer -que el crecimiento del PIB no genera de manera automática bienestar- la inconexión que muestran las dos variables analizadas (IDH y PIB) o la

mínima relación, negativa para países con alto desarrollo y positiva para los de bajo (Ortiz, Hernández y Martínez 2020) nos lleva a plantear que los países de bajo desarrollo pueden ser más vulnerables a las caídas del PIB y por tanto, a las crisis económicas en general, que los de alto desarrollo. Así, ante la contingencia actual (2020) los países con menor desarrollo mostrarán, en los próximos años, un retroceso o estancamiento en su Índice de Desarrollo Humano (p:113).

MATERIALES Y MÉTODOS

Para la presente investigación se seleccionaron los 20 países con el más alto índice de desarrollo humano (IDH) y los del más bajo (ver tabla 1), se obtuvo el Producto Interno Bruto (PIB), ambas variables con valores del año 2018. Según el Banco Mundial (2020), el impacto generalizado del coronavirus y las medidas de suspensión de las actividades económicas han ocasionado una drástica contracción de la economía mundial, por lo que estima que la caída promedio del PIB real será del 5.2%, lo que conlleva a una disminución en euros para los países con el más alto desarrollo de aproximadamente € 96193.0606¹ y para los países menos desarrollados de € 809.1096.² La tabla siguiente nos muestra el IDH y el PIB para el 2018 de los dos grupos de países, así como la caída estimada del Producto Interno Bruto real para cada país.

PAÍSES CON MÁS ALTO DESARROLLO	IDH ad 2018	PIB 2018 (Millones de euros)	CAÍDA ESTIMADA DEL PIB	PAÍSES CON MÁS BAJO DESARROLLO	IDH bd 2018	PIB 2018 (Millones de euros)	CAÍDA ESTIMADA DEL PIB
Noruega	0.954	359.1090	18673.668	Afganistán	0.496	16.6220	864.344
Suiza	0.946	628.1070	32661.564	Yibuti	0.495	2.4750	128.7
Irlanda	0.942	347.2150	18055.18	Malawi	0.485	5.9820	311.064
Alemania	0.939	3435.9900	178671.48	Etiopía	0.470	67.9840	3535.168
Hong Kong	0.939	307.1430	15971.436	Gambia	0.466	1.3760	71.552
Australia	0.938	1269.0140	65988.728	Guinea	0.466	10.2450	532.74
Islandia	0.938	21.6030	1123.356	Liberia	0.465	2.7500	143
Suecia	0.937	474.6830	24683.516	Yemen	0.463	22.7900	1185.08
Singapur	0.935	332.3300	17281.16	Bisáu	0.461	11.3740	591.448
Países Bajos	0.933	812.0510	42226.652	Rep. Demo. Del Congo	0.459	39.8810	2073.812
Dinamarca	0.930	310.5760	16149.952	Mozambique	0.446	12.1900	633.88
Finlandia	0.925	240.9240	12528.048	Sierra Leona	0.438	3.4590	179.868
Canadá	0.922	1550.8950	80646.54	Burkina Faso	0.434	11.9710	622.492

1 Para su cálculo se sumo el PIB de todos los países con el más alto desarrollo y se dividió entre 20. Es decir se calculó la media

2 Igual que en el caso de los países con el más alto desarrollo, aquí se sumo el PIB de los de menor desarrollo y se dividió entre 20: Se calculó la media

Nueva Zelanda	0.921	184.7820	9608.664	Eritrea	0.434	1.6990	88.348
Reino Unido	0.920	2523.3140	131212.328	Malí	0.427	14.5470	756.444
Estados Unidos	0.920	19140.4200	995301.84	Burundi	0.423	31.9610	1661.972
Bélgica	0.919	473.6390	24629.228	Sudán del Sur	0.413	34.5910	1798.732
Liechtenstein	0.917	5.8230	302.796	Chad	0.401	9.5450	496.34
Japón	0.915	4540.3000	236095.6	Rep. Centrafricana	0.381	1.8800	97.76
Austria	0.914	398.5220	20723.144	Níger	0.377	7.8740	409.448

TABLA 1. ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO, PRODUCTO INTERNO BRUNO Y PIB ESTIMADO

Índice e indicadores de desarrollo humano (2018). *Índice e indicadores de desarrollo humano, actualización estadística 2018*. Estados Unidos: Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo, ONU.

<https://datosmacro.expansion.com/pib>

<https://economipedia.com/ranking/ranking-indice-de-desarrollo-humano-2018.html>

El desarrollo del ser humano en términos materiales -no existenciales, este último haría alusión a aspectos metafísicos, lo cual no es el objeto de análisis del presente artículo- debe tener un financiamiento, el cual surge de los ingresos del gobierno y a su vez estos de los impuestos, pago de derechos, productos, e incluso de la deuda pública, entre otros. EL gobierno recauda más entre mayor sea el producto que se genera en una sociedad, ahora bien, si el crecimiento económico es el principal medio para alcanzar el fin que es el desarrollo humano, qué pasa cuando el producto (que es el medio) se ve mermado por algún tipo de contingencia, como lo estamos viviendo hoy. Evidentemente, esto impactará significativamente el indicador de bienestar, que en este caso es medido con el IDH. “Un principio aceptado desde hace tiempo es que un aumento equilibrado de los impuestos y el gasto estimula la economía, y si el programa está bien diseñado (impuestos a los más ricos, gasto en educación) el aumento del PIB y el empleo puede ser significativo” (Stiglitz, 2012, p:18).

Con el objetivo de estimar el impacto del COVID-19 en el índice de desarrollo humano para los países más y menos desarrollados se obtuvieron, -a través de la regresión lineal simple entre *IDH* y *PIB real* del año 2018, el primero como variable dependiente del segundo-, dos ecuaciones matemáticas, correspondientes a cada uno de los grupos analizados (Ortiz, Hernández y Martínez, 2020), y son las siguientes:

$$IDH_{ad} = 0.932 - 7.167 \times 10^{-11} PIB_{real} + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 1, países con el más alto IDH})$$

$$IDH_{bd} = 0.442 + 1.963 \times 10^{-8} PIB_{real} + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 2, países con el más bajo IDH})$$

Considerando que la caída promedio del PIB real pronosticada por el banco mundial

será de 5.2%, las funciones quedaron de la siguiente forma:

$$IDH_{ad} = 0.932 - 7.167 \times 10^{-11}(-96193.0606) + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 3, alto desarrollo})$$

$$IDH_{bd} = 0.442 + 1.963 \times 10^{-8}(-809.1096) + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 4, bajo desarrollo})$$

Por lo que el valor estimado del *IDH* para ambos grupos de países será:

$$IDH_{ad}^{Estimado} = .932000689 + \hat{\varepsilon}_i$$

$$IDH_{bd}^{Estimado} = 0.441998412 + \hat{\varepsilon}_i$$

Podemos apreciar un sutil cambio en ambas estimaciones, positivo en el caso de los paises con el más alto desarrollo y negativo para los de menor desarrollo. Lo que nos permite afirmar que; el COVID-19 llevará, si no a una disminución, si a un estancamiento en el Índice de Desarrollo Humano para los países más pobres y con el IDH más bajo.

COMENTARIOS FINALES

En esta investigación se analizó, cuantitativamente, el impacto que generará la caída de Producto Interno Bruto derivada de la pandemia COVID-19. En las ecuaciones matemáticas obtenidas con la regresión lineal simple entre *IDH* y *PIB*, se percibe que la relación que guardan estas dos variables es mínima, lo cual se explica porque el desarrollo humano es un concepto multidimensional que engloba aspectos no económicos, como la libertad, las capacidades, las oportunidades, etc. No obstante, se aprecia una relación inversa para el caso de los países más desarrollados y positiva para los menos desarrollados, lo que nos hace inferir que una disminución del PIB traerá consigo un retroceso o estancamiento del IDH para los países menos desarrollados.

La investigación muestra que la pandemia COVID-19, impactará principalmente a los países menos desarrollados, por lo que urge que los gobiernos de todo el mundo y de cada uno de los países implementen políticas de gasto social que permita mitigar esos impactos negativos. Los países que han alcanzado condiciones óptimas de bienestar se ven menos afectadas, ya que cuentan con una infraestructura física cercana al cien por ciento, mientras que aquellos que tienen limitaciones no contarán recursos para avanzar e incluso retrocederán.

Para el tema abordado que es el Índice de Desarrollo Humano, se recomienda especial énfasis en las políticas de educación, vivienda, empleo y particularmente salud, tanto por ser un indicador fundamental del desarrollo humano como por ser el principal reto para vencer dentro del contexto de la pandemia: "La salud universal no es un juego, es una prioridad para los gobiernos de todo el mundo".

REFERENCIAS

Banco Mundial (2020). **El Covid-19 (corona virus) hunde a la economía mundial en la peor recesión desde la segunda guerra mundial**. Disponible en: <https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>

Burgos, Miguel y Belén Ana (2015). **La medición del bienestar económico a través de las macromagnitudes de la Contabilidad Nacional**. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, núm. 85, ISSN: 0213-8093

Cuéllar Saavedra.O. y Moreno Armella, F (2008). **Del crecimiento económico al desarrollo humano. Los cambiantes usos del concepto de desarrollo en América Latina, 1950-2000**. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v24n70/v24n70a4.pdf>

Freddy Edison y Fernández Tene (2018). **El desarrollo humano y social**. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/328126666_El_desarrollo_humano_y_social

<https://datosmacro.expansion.com/pib>

<https://economipedia.com/ranking/ranking-indice-de-desarrollo-humano-2018.html>

Índice e indicadores de desarrollo humano (2018). **Índice e indicadores de desarrollo humano, actualización estadística 2018**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, ONU, Estados Unidos.

Jiménez, Juan P. (2015). **Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina**. Centro de estudios fiscales, CEPAL, Santiago Chile.

Larraín B, Felipe y Sachs Jeffrey D (2013). **Macroeconomía en una economía global**. Editorial Pearson, Chile.

León Jiménez H (2020). **¿Qué es el desarrollo humano?** Disponible en <https://www.iape.edu.mx/que-es-el-desarrollo-humano/>

Mankiw G. (2014). **Macroeconomía**. Antoni Bosch editor, octava edición, Barcelona, España

Ortiz M., Imelda, Hernández O. Marlen y Martínez P. Jorge (2020). **Producto Interno Bruto e Índice de Desarrollo Humano: Dos variables inconexas**. Revista de Ciencias Sociales Vol. 29 Núm. 44. Primer Semestre 2020 (Ene-Jun) ISSN 0717-2257 - ISSN 0718-3631

Ranis Gustav y Stewart Frances (2002). **Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina**. Revista Cepal, <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10848/078007024.pdf?sequence=1>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de trânsito 298, 299, 300, 301, 305, 308, 309, 310, 311

África 46, 52, 55, 68, 79, 107, 117, 247, 252, 253, 260, 374, 375, 379

Agricultura 68, 138, 154, 170, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 231, 233, 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 249, 250, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 279, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289

APEC 48, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Apicultura 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

B

Barreiras comerciais 157, 158, 160

Brasil 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 83, 86, 93, 104, 118, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 218, 219, 221, 231, 232, 233, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 262, 265, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 336, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 380, 382, 385, 386, 398, 399, 408, 415, 418, 421

C

Capital 1, 2, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 125, 126, 162, 170, 173, 178, 179, 188, 189, 192, 193, 196, 199, 206, 242, 246, 255, 256, 257, 273, 279, 281, 283, 284, 285, 287, 292, 299, 300, 301, 305, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 343, 345, 346, 348, 349, 351, 377, 388, 390, 391, 393, 394, 419, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433

Capitalismo 16, 17, 20, 25, 26, 28, 29, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 196, 354, 390, 395, 413, 423, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433

CAPM 84, 85, 88, 90, 91, 93

China 64, 102, 114, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Cluster 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Comércio internacional 46, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 82, 83, 120, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 158, 166, 374

Commodities 46, 69, 84, 142, 144, 152, 157, 158, 166, 347

Comunicação 9, 66, 94, 105, 119, 154, 161, 230, 231, 232, 235, 236, 240, 277, 279, 280, 379, 399, 408, 415, 417, 421, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 434

Contratos 79, 199, 200, 203, 376, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422

Cooperativismo 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202

Covid-19 69, 81, 114, 263, 264, 269, 270, 271, 419

Crescimento 39, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 68, 71, 74, 78, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 142, 144, 153, 159, 166, 167, 176, 177, 206, 221, 248, 253, 254, 255, 256, 258, 272, 273, 274, 275, 276, 290, 295, 319, 330, 335, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 353, 357, 372, 375, 376, 378, 399, 407, 419, 424, 426

D

Desenvolvimentistas 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45

Desenvolvimento 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 114, 121, 143, 144, 145, 153, 154, 175, 204, 205, 206, 207, 218, 219, 221, 231, 232, 237, 240, 242, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272, 274, 276, 279, 296, 297, 312, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 330, 336, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 348, 351, 352, 357, 365, 366, 367, 371, 375, 379, 414, 420, 423, 424, 434

Dólar 64, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 384

E

Economia 1, 2, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 158, 163, 166, 175, 176, 177, 204, 205, 206, 207, 218, 220, 224, 231, 232, 233, 239, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 295, 296, 297, 312, 322, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 340, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 364, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 375, 376, 378, 379, 380, 397, 409, 413, 420, 421, 422, 426, 432, 433, 434

Eleições 397, 398, 399, 400, 404, 406, 407, 408, 409

Embargo 134, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 196, 197, 198, 201, 267, 383, 386, 388

Empresas 52, 53, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 122, 135, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 237, 246, 250, 256, 260, 261, 263, 274, 275, 280, 285, 329, 331, 337, 341, 342, 346, 348, 349, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 382, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 426, 434

Estado 25, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74,

75, 81, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 129, 153, 183, 186, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 219, 222, 226, 231, 232, 240, 242, 248, 250, 252, 254, 258, 261, 266, 272, 273, 274, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 345, 367, 370, 371, 372, 378, 379, 394, 395, 396, 400, 404, 413, 417, 433

Estados Unidos 44, 51, 52, 53, 129, 132, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 161, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 248, 265, 267, 269, 271, 359, 382, 398, 414

Exportações 53, 73, 74, 80, 87, 102, 116, 125, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 177, 248, 367, 373, 374, 375

F

Falência 37, 110, 353, 358, 360, 361, 364

G

Games 423, 424, 426, 428, 432

Globalização 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 296, 411, 412

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 20, 21, 64, 433

Imperatriz 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Investimento 40, 42, 47, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 90, 92, 93, 96, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 122, 126, 127, 154, 162, 163, 174, 243, 248, 258, 260, 315, 319, 323, 325, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 357

L

Liberais 35, 36, 37, 45, 62, 158

M

Marketing 108, 196, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 231, 239, 240, 241, 365, 366, 368, 373, 379, 380, 422

Materialismo 1, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 33

Mercado 25, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 147, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 186, 187, 188, 189, 197, 202, 221, 222, 229, 231, 232, 234, 237, 241, 246, 247, 253, 255, 260, 265, 266, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 340, 341, 345, 347, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 387, 393, 394, 395, 396, 413, 417, 424, 426, 428, 432

Moçambique 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 102,

103, 104, 105, 106, 107, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380

Modelo gravitacional 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 272, 276, 277, 278, 279, 292, 293

Mortalidade infantil 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

N

Neoliberalismo 50, 54, 55, 56, 64

P

Paraísos fiscais 66, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

Pernambuco 218, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

Piauí 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 309, 316

PIB 68, 71, 80, 81, 92, 98, 100, 101, 102, 107, 113, 116, 117, 127, 129, 132, 139, 141, 145, 146, 151, 152, 153, 157, 160, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 219, 260, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 300, 329, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 346, 347

Política monetária 86, 98, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 348, 378

Portugal 51, 76, 83, 104, 117, 118, 338, 353, 356, 361, 362, 363

Produção 2, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 62, 63, 72, 73, 74, 82, 95, 96, 107, 116, 122, 128, 142, 144, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 172, 173, 175, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 235, 238, 239, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 256, 258, 260, 261, 263, 274, 279, 281, 294, 341, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 433

Q

Qualidade 10, 12, 13, 14, 15, 71, 82, 91, 102, 103, 116, 142, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 239, 248, 255, 256, 261, 273, 298, 300, 314, 315, 322, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 365, 368, 369, 370, 373, 374, 375, 376, 379

R

Recursos naturais 46, 51, 73, 79, 85, 95, 102, 103, 142, 164, 165, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 256, 258, 260, 261, 371

Redes sociais 230, 232, 233, 234, 235, 236, 397, 398, 399, 400, 403, 407, 408, 409

S

Saúde 32, 71, 82, 95, 96, 158, 159, 224, 225, 227, 232, 253, 256, 257, 273, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 353, 354, 355, 357, 360

Smart contracts 411, 412, 416, 417, 419, 420, 421, 422

Subdesenvolvimento 40, 45, 48, 55

T

Terra 12, 14, 29, 48, 56, 73, 164, 165, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 249, 251, 254, 258, 259, 299, 338, 340, 341, 343, 349, 352, 421

Trabalho 1, 2, 3, 4, 7, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 36, 39, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 73, 77, 80, 88, 95, 96, 106, 117, 122, 141, 143, 145, 146, 152, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 170, 173, 192, 205, 206, 218, 227, 233, 234, 243, 250, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 278, 294, 298, 300, 301, 303, 305, 312, 317, 325, 330, 333, 336, 348, 353, 357, 365, 367, 368, 373, 377, 398, 413, 420, 422, 423, 424, 427, 428, 431, 432

Turismo 68, 135, 138, 139, 221, 237, 258, 259, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396

U

União Europeia 64, 72, 76, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2